

O desenvolvimentismo como práticas econômicas e ideias: uma avaliação crítica

Celso Neris Jr. e Janaína Fernanda Battahin*

Artigo apresentado no XXV Encontro Nacional de Economia Política (SEP)
Salvador, Bahia – 02-05 de junho de 2020

Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

Resumo

Este trabalho define o conceito teórico de desenvolvimentismo e relata, sucintamente, seus efeitos em termos de práticas de apoio à indústria na história econômica brasileira. Além disso, mostra como, após a crise do final da década de 1980, a discussão de práticas e políticas desenvolvimentistas ficou refém de uma agenda econômica da estabilização e como autores de diferentes instituições reagiram propondo uma agenda de práticas políticas alternativas. Após as medidas tomadas no governo Dilma, identificamos que estas se distanciaram tanto do termo originário, como das formulações recentes e que tais práticas econômicas auferiram perda de legitimidade ao conceito e a discussão do desenvolvimentismo no debate econômico brasileiro.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; economia brasileira; metodologia da economia

Abstract

This paper defines the theoretical concept of development and briefly shows its effects in terms of industry support practices in Brazilian economic history. It also shows how, following a late 1980s crisis, a discussion of development practices and policies was restricted to an economic stabilization agenda and how authors from different institutions responded with creation of an alternative practices agenda. Following the steps taken under the Dilma government, we identify them that are distanced in both the original term and recent formulations and which economic practices of this government undermine the legitimacy of this concept and of the discussion of development in the Brazilian economic debate.

Keywords: developmentalism; brazilian economy; economics methodology.

* Respectivamente, pesquisador de pós-doutorado e aluna do doutorado no programa de pós-graduação em economia da UNESP. Contatos: cnerisjr@gmail.com; janainabattahin@hotmail.com.

Introdução

O argumento a ser desenvolvido neste trabalho é que a volta da discussão acerca do desenvolvimentismo século XXI, conceito e práticas de política econômica muito em voga no período 1930-80, foi, do lado acadêmico, cercado de camadas e, do lado dos formuladores de política no governo de Dilma Rousseff, não se observou uma coerência entre esta abordagem teórica e as práticas econômicas que deveriam ser tomadas. Devido a isso, o que se viu foi um problema de incompatibilidade entre o âmbito da teoria e o das práticas, que culminou em uma perda de legitimidade da teoria desenvolvimentista ante ao público, como historicamente conhecida no Brasil. Iremos destacar que, do ponto de vista intelectual, o resultado desse desencontro entre teoria e prática foi uma energia despendida (i) na defesa da abordagem desenvolvimentista e na crítica às práticas sob este nome; (ii) na crítica às práticas nomeadas desenvolvimentistas, a fim de resguardar o sentido teórico da abordagem e; (iii) uma crítica a abordagem e as práticas políticas como se fossem a mesma coisa. De maneira geral, esta discussão minou a legitimidade intelectual da abordagem desenvolvimentista e fechou, ao menos temporariamente, os canais de comunicação que esta abordagem possuía com a formulação de política.

A fim de desenvolver este e outros argumentos, pretendemos estruturar o texto da seguinte maneira. Na primeira seção, daremos uma definição das práticas políticas desenvolvimentistas e recuperaremos, de maneira sucinta, a sua articulação histórica com as práticas econômicas com objetivos industrializantes. Na segunda seção, mostraremos como, após a crise do final da década de 1980, a discussão de práticas políticas desenvolvimentistas ficou refém de uma agenda macroeconômica da estabilização e como isto teve impacto no lado acadêmico: autores heterodoxos reagiram propondo uma nova agenda que culminou em duas novas abordagens de desenvolvimentismo. Na terceira seção, iremos discutir a interpretação das práticas políticas no período do governo de Dilma Rousseff, cujos formuladores se consideravam desenvolvimentistas. Iremos realçar a existência de uma diversidade de visões neste período, com a finalidade de mostrar a inadequação do conceito utilizado por aqueles que trabalhavam com abordagens desenvolvimentistas e as práticas econômicas do governo. Por fim, iremos reforçar nosso entendimento de que o governo se pautou mais por um pragmatismo do que por uma afiliação à qualquer abordagem teórica.

1. O desenvolvimentismo associado à industrialização

O tema do desenvolvimentismo aparece na literatura econômica heterodoxa brasileira como uma abordagem teórica e uma agenda que orienta um conjunto de práticas econômicas. Por conta de sua origem, a abordagem desenvolvimentista carrega uma carga de conteúdo ideológico que se manifesta tanto naqueles que a definem, como nas críticas feitas a ela. Nesta seção, iremos resgatar as definições de alguns autores brasileiros a respeito do desenvolvimentismo e fazer uma rápida recuperação histórica de sua aplicação.

O desenvolvimentismo aparece manifestado em uma opção, dentre um conjunto de escolhas de políticas econômicas, que se dá em determinado tempo e lugar. Do ponto de vista ideológico, é uma alternativa, “transplantada” para o Brasil da Europa (Fonseca, 2014, p. 39), ao liberalismo econômico. Ele é visto como uma estratégia nacional de superação do atraso secular por parte dos países da América Latina cuja solução liberal, nesta visão, é insuficiente para guiar o conjunto de práticas econômicas que os permitam, ao menos, pareá-los aos países desenvolvidos.

Se a justificativa é a superação do atraso, o país deve *desenvolver* aquelas atividades que o emperram. Então, é somente sob a liderança de um bem estabelecido setor industrial que a sociedade pode ser transformada e superar seus problemas econômicos e sociais sem a necessidade de sair do sistema capitalista (Fonseca, 2014, p. 40). Neste sentido, o desenvolvimentismo se coloca como uma perspectiva reformista e, como tal, ganhou força, no período de 1930 a 1980, entre os formuladores de política econômica e economistas da América Latina que o viam como um “projeto” de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização e do planejamento estatal (Bielschowsky, 2000, p. 33).

O desenvolvimentismo é ainda hoje associado à questão da indústria, e os problemas relacionados à industrialização tardia dos países em desenvolvimento, em diversos autores brasileiros¹. Bresser-Pereira (2012), autor que possui inúmeras contribuições neste tema, estabelece o desenvolvimentismo como uma ideologia pertencente aos países que só foram capazes de realizar sua “revolução nacional e industrial” após os mais avançados terem-na concluído. Assumir que se trata de uma *ideologia* dos países é uma das possíveis interpretações, uma vez que a história mostra a existência de uma composição recorrente entre as diferentes perspectivas de políticas econômicas - liberais e não liberais – pelos países desenvolvidos. Neste sentido, é mais apropriado falar em uma

¹ Podemos dizer que, enquanto no período que vai de 1930 a 1980 o debate relacionado esteve relacionado ao processo de industrialização do país, a partir de meados dos anos 1980 a discussão passou a girar em torno de políticas de estabilização. Nos anos 2000, o debate sobre a indústria voltou possuindo como tema principal a desindustrialização. O contexto da indústria, neste período, caracterizava-se pela redução da parcela do valor adicionado manufatureiro (VAM) no Produto Interno Bruto (PIB), perda da participação industrial no PIB, desenvolvimento tecnológico estagnado e perda de dinamismo (Morceiro, 2018, p.1-2). Nos dias atuais, a discussão passa a ser sobre como “revitalizar o setor industrial brasileiro” em face a um cenário de crise econômica (idem, p. 129).

abordagem econômica ou utilizar a definição do mesmo autor quando quisermos nos referir às práticas econômicas associadas ao conceito. Segundo ele, o desenvolvimentismo é um “conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada no Brasil e a coalizção de classes identificadas com o desenvolvimento nacional” (Bresser-Pereira, 2012, p. 1).

Mesmo na definição de Bresser, podemos dizer que o desenvolvimentismo tem como ponto fulcral a intervenção do Estado com vistas à promoção “das atividades industriais para melhoria da situação econômica e social de uma nação” (Curado, 2017, p. 133). É esta a agenda econômica do desenvolvimentismo e que, em muitos autores, remonta as teses cepalinas. O desenvolvimentismo, na perspectiva de superação do atraso, sempre teve como objetivo um “futuro desejável” no qual o Estado seria ator crucial de promoção do crescimento econômico por meio do aumento da produção interna, da dinamização produtiva e da redução das importações de produtos industrializados (Villaverde e Rego, 2019, p.112).

Mesmo quando assumimos uma variação em seus significados, o desenvolvimentismo aparece como algo orientado ao fomento da indústria. Bielschowsky (2000), por exemplo, diz que as variações do desenvolvimentismo têm em comum o projeto de formar um “capitalismo industrial moderno” por meio do planejamento e intervenção governamental. Assim, uma política voltada à indústria, nos dias atuais, poderia ser caracterizada como um esboço de projeto desenvolvimentista (Bielschowsky, 2000, p. 77).

Não é nosso interesse discutir, do ponto de vista da história econômica brasileira, os pormenores a respeito da implantação das políticas econômicas, mas fazer a seguir, sucintamente, uma recuperação histórica da articulação entre o conceito e as práticas econômicas desenvolvimentistas por meio de alguns autores.

1.1 A articulação entre o conceito e as práticas econômicas

Podemos dizer que o desenvolvimentismo no Brasil, enquanto projeto econômico, teve a adesão de três grupos principais, quando se analisa sua implantação no período 1945-64 (Bielschowsky, 2000, p. 77). Os desenvolvimentistas do setor privado privilegiavam os interesses empresariais; os desenvolvimentistas do setor público nacionalista eram a favor da estatização de alguns setores e segmentos da indústria de base; e os desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público admitiam uma intervenção estatal somente em última instância, dando especial atenção a presença do capital estrangeiro.

A partir dos anos 1940, quando os primeiros trabalhos de Raúl Prebisch começaram a circular pelo Brasil (traduzidos para o português por Celso Furtado), a industrialização passou a ser entendida mais claramente como um, dentre outros, objetivo da política econômica. O “desenvolvimentismo clássico” (cf. Villaverde e Rego, 2019, p. 112) é um termo designado para este período em que o

Estado atua a partir do processo de substituição de importações, que, segundo Tavares (2000, p. 230) é “um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial”. Intentava-se, com essas políticas, a dinamização da produção e a redução dos problemas no Balanço de Pagamentos, comum aos países da América Latina, neste período.

As dificuldades enfrentadas no setor externo da economia estavam relacionadas à tendência à deterioração dos termos de troca: o aumento cada vez mais frequente dos preços dos produtos manufaturados, devido à pressão dos salários, *pari passu* a uma redução dos preços dos bens primários. Como o primeiro grupo de produtos era exportado pelos países do norte e o segundo pelos países do sul, o resultado era uma frequente deterioração do saldo comercial do grupo dos países abaixo do hemisfério. Assim, a saída seria “substituir as importações, ampliando e diversificando a indústria nacional para que ela exportasse e ocupasse o espaço dado pela demanda dos desenvolvidos” (Villaverde e Rego, 2019, p. 213).

Celso Furtado alertou sobre a importância do crescimento da indústria de bens de capital que, segundo ele, deveria crescer com uma intensidade muito maior do que a do conjunto do setor industrial. Isto é, era necessário, ao país que quisesse se desenvolver, construir um conjunto de condições que o permitiria produzir, internamente, bens de produção, devido a eminente mudança estrutural da economia mundial. Isto potencializaria ainda mais a política econômica na tarefa de defender o nível de emprego e de crescimento (Furtado, 1971, p. 236).

Embora a industrialização tenha sido deliberadamente o norte da política econômica brasileira durante trinta anos (1951-1981), o pensamento desenvolvimentista nem sempre pode ter sido considerado *mainstream*² entre os formuladores de política econômica. A primeira crise do desenvolvimentismo começou a partir de 31 de março de 1964 com o Golpe Militar (Vilaverde e Rego, 2019, p. 114). Após um período, entre 1964-67, em que as políticas econômicas de Roberto Campos e Octávio Bulhões – dois liberais, respectivamente, no ministério da Fazenda e do planejamento – se sobrepuseram, o desenvolvimentismo voltou a ser o “eixo principal da política econômica brasileira” quando Antônio Delfim Neto assumiu, em março de 1967, a pasta da Fazenda (Vilaverde e Rego, 2019, p. 114-115).

Mesmo quando Delfim foi substituído por Mario Henrique Simonsen, em março de 1974, pode se dizer que as políticas econômicas continuaram a ser de cunho desenvolvimentista, já que o Estado apoiava a indústria por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II). Isto denotava uma orientação pró-industrialização que independia das posições ideológicas dos

²Adotamos uma definição de *mainstream* próxima à de Colander *et al.* (2004), no sentido de dominância na comunidade acadêmica. No entanto, como iremos concluir neste texto, *mainstream* também está relacionado a uma abordagem econômica que é utilizada na formulação de políticas econômicas. Portanto, por ser um conceito sociológico, ele ultrapassa os muros acadêmicos.

economistas no governo. No entanto, o final do período militar brasileiro foi marcado por um aprofundamento da industrialização *vis-à-vis* um alto volume de empréstimos estrangeiros³ com taxas variáveis e pós-fixadas. Com o segundo choque do petróleo, em 1979, o Brasil sofreu as consequências do seu elevado endividamento que trouxe, como imperativo, o fim do período desenvolvimentista.

Já no final da década de 1980, o desenvolvimentismo foi perdendo espaço para a agenda macroeconômica que preconizava a estabilização da inflação e, por consequência, também ficou em segundo plano no meio de discussão acadêmica. A alta inflação era o principal problema a ser combatido e o país lidou com ela até o ano de 1994, quando o Plano Real permitiu seu retorno a patamares civilizados.

Na década de 1990, é comum a literatura apontar a influência das ideias liberalizantes adotadas pelo Brasil como provenientes do que passou a ser conhecido como o Consenso de Washington. Estas ideias, segundo esta visão, legaram a predileção da agenda macroeconômica de estabilização e as políticas de abertura comercial e financeira em detrimento às ideias da abordagem desenvolvimentista, em voga nos períodos anteriores (Batista, 1994).

Existem, ainda, autores que expressam a adesão do país ao que seria a ideologia “neoliberal” que, em linhas gerais, seria a radicalização do já conhecido liberalismo econômico. É verdade que esse conceito, por vezes, carece de definição no âmbito da discussão econômica, mas o que se pode dizer a respeito, a fim de que seja útil para o que discutimos aqui, é a visão de que ele se expressou em um “programa político-econômico no Brasil” (Filgueiras, 2006, p. 179) alternativo ao desenvolvimentismo.

A datação deste programa tem origem na eleição do presidente Fernando Collor de Melo, responsável por delinear uma série de medidas que, dentre outras coisas, preconizavam a redução do papel do Estado na economia, as privatizações e a abertura comercial e ao capital financeiro internacional. À presidência de Collor, seguiram-se medidas privatizantes e de abertura comercial e financeira potencializadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, cujo simbolismo se deu, por exemplo, pela privatização da Vale do Rio Doce, em 1997, e da Telebrás, em 1998 – duas empresas estatais outrora resultados simbólicos das políticas desenvolvimentistas brasileiras.

2. A agenda heterodoxa desenvolvimentista dos anos 2000

A segunda metade da década de 2000 foi marcada por uma conjuntura distinta, mais favorável, a dos anos 1990, por diversos fatores. Eles podem ser sintetizados na manutenção das políticas

³ “[N]o período 1967 a 1973, a dívida externa bruta cresceu à taxa anual de 19,3%” chegando, no final de 1973, ao montante US\$12.572 milhões em 1973 comparado aos US\$3.666 em 1966” (Lago, 1990, p. 278).

econômicas de estabilização e na recuperação da economia global, após um período de crises sucessivas. Os principais reflexos desta mudança foram o cenário de relativa baixa inflação e o superávit nas transações correntes vivenciados pelo país já ao final da década.

A partir de então, autores vinculados à heterodoxia buscaram um modelo alternativo ao do século XX, que permitiria ao Brasil a retomada do crescimento de longo prazo (Filgueiras, 2006, p. 180). Tal necessidade se impôs devido aos efeitos secundários das políticas liberalizantes, como a ampliação do processo de desindustrialização, a perda de competitividade da indústria brasileira e a consequente redução do crescimento de longo prazo (Finello e Feijó, 2017, p. 255).

O desenvolvimentismo, no século XXI, foi retomado com uma agenda para lidar com um cenário distinto àquele vivenciado no período entre 1930 a 1980. Na década de 2010, mais de uma perspectiva teórica desenvolvimentista que intencionava ser, a um só tempo, uma contraposição ao Consenso de Washington e ao antigo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira e Theuer, 2012, p. 819) tomou forma.

Os trabalhos do início do século XXI tinham como intenção declarada a superação do caminho que vinculava a agenda de política macroeconômica ao projeto político-econômico do neoliberalismo. Por exemplo, para Bresser-Pereira (2006), o fracasso do neoliberalismo na promoção da estabilização macroeconômica e no crescimento de longo prazo colocava o desenvolvimentismo como uma possível estratégia econômica ao Brasil. Essa frase denota a orientação de uma série de autores heterodoxos que passaram a atualizar o pensamento desenvolvimentista para um novo cenário que seria marcado, estruturalmente, por algum grau de desenvolvimento industrial.

As características das duas principais correntes desenvolvimentistas, novo e social, podem ser discutidas de acordo com os diferentes pesos que elas dão às estratégias de crescimento adotadas pelo Estado e a maneira como entendem que as políticas econômicas devem ser gerenciadas para atingir o crescimento pretendido. Do ponto de vista conjuntural, o objetivo comum das duas principais correntes heterodoxas desenvolvimentistas é a defesa do aumento da demanda agregada que é capaz de impulsionar o crescimento da economia no curto prazo (Mollo e Amado, 2015, p. 22). Vejamos cada uma delas a seguir.

2.1 As correntes novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista

A corrente novo-desenvolvimentista tem como premissas básicas o papel moderado do Estado no processo de industrialização, o fomento à estrutura produtiva nacional e, como suporte, o estabelecimento de políticas macroeconômicas favoráveis ao desenvolvimento industrial, uma vez que este setor é considerado o principal motor do crescimento econômico. É a indústria que gera

retornos crescentes, que sustentam o crescimento no longo prazo, aumenta o ritmo e difunde o progresso técnico e diminui a restrição externa ao crescimento (Oreiro e Feijó, 2010, p. 231).

Embora o Estado tenha papel fundamental, a ideia é que ele esteja articulado ao mercado, trabalhando em conjunto, e isto se daria pela construção de instituições e um rol de políticas econômicas que teriam o desenvolvimento como o objetivo principal (Curado, 2017, p. 134-5). De maneira distinta ao período de substituição das importações, o fomento a atividade industrial, na perspectiva novo-desenvolvimentista, deve ser dado por meio do estímulo às exportações. As condições de competitividade devem ser oferecidas pelo Estado no formato de “limitadas e estratégicas” políticas industriais (Bresser-Pereira e Gala, 2012, p. 53).

Concomitante a estas políticas industriais, a perspectiva novo-desenvolvimentista defende que se mantenha o foco na estabilidade econômica com políticas fiscais, monetária e cambial adequadas, bem como taxas de juros competitivas. A redução das incertezas que os empresários possuem em relação à demanda futura, portanto, tem no cenário de estabilidade de preços o principal aliado. A equação para o fomento à competitividade industrial tem como variáveis principais o estabelecimento de uma política macroeconômica que mantenha os juros em um patamar baixo e uma política cambial que evite, constantemente, uma elevada valorização cambial (Oreiro e Paula, 2012, p. 7-10).

A questão cambial é crucial em uma abordagem que tenha como orientação o fomento às exportações. Mantendo este preço da economia em um determinado patamar considerado competitivo, uma estratégia orientada para as exportações é bem-sucedida quando tomada em conjunto com as demais políticas. Esta é uma orientação que preconiza o uso da poupança interna ao invés da externa e, deste modo, os déficits em transações correntes do balanço de pagamento devem ser também evitados (Bresser-Pereira e Gala, 2007, p. 6-7).

Na perspectiva “social desenvolvimentista”, de maneira distinta, o foco da estratégia é a expansão do mercado interno. Mais especificamente, foca-se no mercado de consumo de massas (Mollo e Amado, 2015, p. 16). O social-desenvolvimentismo é também alcunhado de “desenvolvimentismo distributivo do setor público”. O nome denota um conjunto de orientações. Por exemplo, o maior papel do mercado interno dado pelo aparato estatal que age em prol de influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos. Este papel é considerado um avanço em relação ao que se considera o “antigo desenvolvimentismo”, calcado fundamentalmente no papel da indústria.

Aqui, a indústria é importante, mas é dado maior destaque ao papel da distribuição de renda, das políticas sociais e de redução da pobreza e na ampliação do consumo de massas. Os instrumentos desta transformação, considerados os mais importantes, são o aumento do salário mínimo e do crédito ao consumidor e a ampliação da rede de proteção social dada pelo governo (Bastos, 2012, p. 794-95).

O papel da indústria é subordinado ao social, mas não deixa de ser de destaque. Por exemplo, o investimento em infraestrutura social, que engloba saúde, educação, transporte coletivo,

saneamento básico e outros, é considerado fonte de dinamização da economia. A expansão de toda essa infraestrutura tem como resultante o aumento da produtividade do trabalhador e, por consequência, ganhos de competitividade pela indústria (Biancarelli e Rossi, 2013, p. 24-25).

No que diz respeito às variáveis macroeconômicas, aqueles que evocam o social-desenvolvimentismo preconizam a flexibilização das metas fiscais e de inflação, a fim de garantir a expansão dos gastos públicos. Já a política cambial deve evitar a desvalorização, ponto oposto a corrente novo-desenvolvimentista, uma vez que isto resulta na redução do poder de compra dos salários em moeda estrangeira e, particularmente, alimenta a inflação dos bens *tradeables* que compõem a cesta de bens dos trabalhadores (Finello e Feijó, 2017, p. 257).

Tabela 1 – As duas variações da abordagem do desenvolvimentismo nos anos 2000

	Novo-Desenvolvimentismo	Social-Desenvolvimentismo
Estratégia de crescimento	Liderada pelas exportações	Consumo de massas
Ação central	Desvalorização cambial	Políticas distributivas
Política monetária	Taxa de juros baixa para estimular o investimento <i>cum</i> política cambial ativa (compra de reservas e controle de capital)	Eliminação do tripé macroeconômico
Política fiscal	Equilíbrio fiscal (déficits fiscais <i>se</i> o país enfrentar recessão)	Alongamento do cumprimento de metas fiscais

Fonte: elaboração própria.

A tabela 1 procura sintetizar as diferenças entre as duas principais correntes desenvolvimentistas da década de 2000, cujas proposições são um contraponto, segundo eles mesmos, ao projeto político-econômico neoliberal dos anos 1990. Elas são, além disso, políticas que superam, em alguma medida, o desenvolvimentismo antigo, calcado fundamentalmente no desenvolvimento da indústria brasileira. Como iremos mostrar na seção a seguir, houve uma dificuldade de interpretação acerca do que seria o desenvolvimentismo no governo Dilma. O ponto central do nosso argumento é a identificação de um quarto tipo de desenvolvimentismo, carente de uma discussão acadêmica sólida e pouco institucionalizada, que surge como fruto das ideias dos formuladores de política do governo da economista Dilma Roussef. Evidente que estes estavam ancorados em teorias a respeito de como intervir na realidade, mas, com base nestas duas seções, não nos parece que elas

estivessem sistematicamente filiadas a qualquer uma das que discutimos aqui. Não é o foco deste trabalho externar um juízo de valor a este respeito, mas mostrar as dificuldades da relação teoria e prática e a causalidade recíproca que uma possui sobre a outra. Particularmente, sobre o desenvolvimentismo, houve um visível distanciamento entre as ideias debatidas no interior da academia e as pessoas, dentro de seus respectivos locais de atuação, que afirmaram estar se utilizando dessa abordagem, o que resultou em um *spin-off* de práticas relativamente frágeis.

3. O desenvolvimentismo sem paternidade (teórica)

Tendo discutido sobre o que se relacionava o desenvolvimentismo em sua origem e quais as variações conceituais surgidas nos anos 2000, passaremos a discutir a interpretação das políticas econômicas no período da presidência da economista Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Existe uma diversidade de formas de se abordar esta questão, mas aqui, de antemão, iremos adotar a perspectiva sobre como as ideias, formuladas no âmbito acadêmico se distanciaram, de tal forma, das práticas de política econômica que:

(i) os formuladores de política se declaravam desenvolvimentistas de duas maneiras, principalmente, (a) sem definir em que termos e condições o eram e (b) quando o faziam se dava de maneira frágil;

(ii) ao perceber o fracasso de algumas políticas ditas desenvolvimentistas, os autores envolvidos com o conceito se apressaram em se distanciar do apoio de determinadas políticas e o fizeram criticando a incompatibilidade daquilo que defendiam com tais políticas;

(iii) parte de uma heterodoxia se manifestou criticamente às políticas econômicas de Dilma Rousseff, ressaltando o caráter errático e descontextualizado de tais políticas e;

(iv) a crítica ortodoxa se valeu dos erros do governo para uma crítica geral ao “rótulo” *desenvolvimentista* a fim de desprestigiar as práticas vinculadas a este rótulo.

3.1 A autodenominação desenvolvimentista do governo Dilma

As políticas econômicas do governo Dilma podem ser consideradas a estabilização de um conjunto de políticas discricionárias adotadas no final do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010). Por ocasião da crise econômica de 2008-9, o governo Lula teve como resposta uma série de medidas de apoio à indústria que visava estimular a demanda agregada que havia se contraído, inicialmente, pelos efeitos da incerteza. As medidas tiveram forte cunho intervencionista e buscavam diminuir os custos industriais a fim de que os empresários mantivessem sua margem e continuassem a produzir. Dentre as medidas, podemos citar a redução de tarifa de energia; o crédito abundante para setores previamente selecionados; a redução de impostos, as isenções e os subsídios; os programas de política industrial como o inovar-auto; etc. A efetividade de curto prazo dessas

políticas somou-se a já estabelecida política de proteção social do segundo governo de Lula. O resultado, em termos políticos, foi o término do mandato com alta popularidade e a possibilidade efetivada de eleger a sucessora que, até então, não havia concorrido a nenhum cargo eletivo.

A política econômica do governo Dilma foi autointitulada, pelos próprios formuladores, como uma política desenvolvimentista. O então ministro da Fazenda chegou a afirmar, em uma entrevista, que o governo se utilizaria de uma “estratégia desenvolvimentista”⁴. A estratégia teria como objetivo a geração de mais empregos e a diminuição das disparidades sociais e de renda (Mantega, 2014). Tomadas em sua intencionalidade, as políticas poderiam ser consideradas tanto de cunho social-desenvolvimentista, como novo-desenvolvimentista. Intentava-se colocar como uma oposição ao projeto político-econômico “neoliberal”, com a justificativa de que este projeto havia fracassado no passado (Mantega, 2014). Mantega acreditava que haveria uma institucionalidade na política que estaria colocando em curso, uma vez que mesmo com a sua saída do ministério ela seria irrefreável⁵.

Essa estratégia de se autodenominar não foi vista com bons olhos por entusiastas do conceito e das políticas relacionadas ao desenvolvimentismo, uma vez que abriria um flanco para que analistas econômicos, historicamente contrários, passassem a responsabilizar a agenda desenvolvimentista como razão dos fracassos do governo Dilma (Curado, 2017, p. 130-131).

André Singer (2015), que foi porta-voz do Governo Lula, teve uma visão mais moderada em relação ao conceito e ao governo da presidente. Segundo ele, Dilma foi bem-sucedida em algumas mudanças, mas viu-se obrigada a se conter diante de alguns adversários poderosos a partir de 2013, quando o governo passou a ficar na “defensiva” e acabou por se render completamente no ano de 2014 (Singer, 2015, p. 64). É por esta razão que, na visão de Singer, o governo Dilma se caracterizou por um “ensaio desenvolvimentista”. E este ensaio, segundo Singer, estaria relacionado ao “ativismo estatal na busca da reindustrialização”.

Nota-se que o conceito de desenvolvimentismo que define o governo está relacionado ao que tentamos definir como a essência originária das práticas desenvolvimentista. Mas não é só pela essência que um conceito econômico é capaz de se transmutar para a prática, ele deve estar carregado de alguns conjuntos de ações e instituições que o deem sustentação, como veremos. Singer, à luz de um entendimento semelhante, preocupou-se em não usar a palavra de forma inadequada na sua análise

⁴ Guido Mantega disse em entrevista à BBC, em 2014: "A nossa estratégia não é ortodoxa, é uma estratégia desenvolvimentista. É uma estratégia que visa a criar mais empregos, que visa a diminuir as disparidades sociais e de renda - e isso vai continuar". Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/mantega-governo-continua-sendo-desenvolvimentista.html>

⁵ No final de 2014, prestes a deixar o cargo de ministro da Fazenda, Guido Mantega afirmou: “temos ajustes que são necessários, independente de quem está no nosso cargo. A política desenvolvimentista continua. A presidente Dilma não fará uma política neoliberal, uma política conservadora. Sabemos que foi praticada no passado e não deu certo. Continuará com uma política desenvolvimentista, mas ela requer ajustes". Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mantega-diz-que-politica-economica-segue-mesmo-sem-ele-em-2-mandato.html>

e salientou que o termo “ensaio” remeteria “tanto ao caráter efêmero da experiência quanto ao seu contorno vago” (Singer, 2015, p. 42).

Não é só a fragilidade do conceito, nas palavras do ministro Mantega que saltam aos olhos, como certa falta de institucionalidade do que seria uma agenda ou um programa desenvolvimentista. Por esta razão, muitos autores filiados a esta corrente teórica passaram a fazer duras críticas cercadas de arrependimento por terem auferido suposta legitimidade às políticas econômicas empreendidas pelo governo de Dilma Rousseff em suas falas públicas. De modo geral, a estabilização de um conjunto de políticas anticíclicas como política de Estado - como a redução do custo do crédito dos bancos públicos, as desonerações fiscais, as reduções dos produtos industrializados (IPI) e o imposto sobre as operações financeiras (IOF), que tinha como interesse a tentativa de frear a valorização cambial - foram vistos com desconfiança e incredulidade pela alegada falta de estratégia na utilização destes instrumentos.

3.2 Salvando o conceito das práticas

O otimismo de uma ala desenvolvimentista da ciência econômica brasileira com o governo de Dilma dirimiu-se à medida que o conjunto de práticas se distanciava dos conceitos e práticas discutidas por eles. Um dos casos mais evidentes foi o desembarque do entusiasmo intelectual de Bresser-Pereira. Em uma de suas obras, em 2012, ele havia se mostrado esperançoso com a eleição de Dilma, uma vez que ela seria a líder da instalação de um “projeto nacional de desenvolvimento” ao “adotar políticas econômicas e sociais identificadas com o novo desenvolvimentismo” (Bresser-Pereira e Theuer, 2012, p. 828). Passados os anos, as ações e os resultados, Bresser muda seu tom otimista e faz uma nova leitura, inclusive, do governo Lula. Segundo ele, tanto o governo de Lula quanto o de Dilma seguiram ideias que estariam mais articuladas com *um* social-desenvolvimentismo e não com o novo-desenvolvimentismo nos termos em que ele e outros propuseram (Bresser-Pereira, 2016).

Outros autores vinculados ao novo-desenvolvimentismo também procuraram distanciar as práticas do governo com o conceito estudado por eles. Felipe Salto e Nelson Marconi (2015) afirmaram que, diferente do senso comum que estava se estabelecendo, não havia sido uma prática desenvolvimentista a responsável pelo problema fiscal que envolvia o alto crescimento da dívida pública e o aumento do déficit externo, tampouco a manutenção da taxa de juros em um patamar alto e a valorização cambial. Não eram estas práticas as responsáveis, uma vez que o novo-desenvolvimentismo tinha como orientação de políticas o equilíbrio fiscal e o fortalecimento do Estado, em conjunto, visando o crescimento econômico. O que se viu no governo Dilma foi o

contrário disso, por exemplo, quando se leva em consideração a chamada “contabilidade criativa” e as “pedaladas fiscais”.

Esse conjunto de resultados malsucedidos e que acabariam por culminar, dentre outros motivos, no impedimento da presidente Dilma, gerou uma onda de críticas que causou, nas palavras de Marconi e Salto (2015), “certa apreensão nos que defendiam o desenvolvimentismo”. O problema era claro: ao admitir as práticas da presidente como desenvolvimentista estaria sendo desprestigiado um conjunto de ideias que vinham sendo discutidas dentro do âmbito acadêmico e que esperava a hora e o lugar para ser colocado em prática. Mais tarde, Marconi (2016) sugere que não é possível identificar, nas escolhas do governo Dilma, qualquer escola de pensamento e que seria inapropriado considerar que os erros da presidente se devem a uma estratégia desenvolvimentista.

O desconforto deste grupo desenvolvimentista ficou tão evidente que gerou, inclusive, uma publicação no *Journal* criado por Bresser-Pereira para explicar o motivo pelo qual Dilma não poderia ser considerada, enquanto formuladora de políticas, uma novo-desenvolvimentista. O texto de Curado (2017, p.130) afirma que, a despeito da elevada intervenção do Estado na economia patrocinado pela presidente, não é possível argumentar que “a agenda novo-desenvolvimentista jogou um papel importante no governo Dilma Rouseff”.

Isto é, não se observava uma relação direta e observável entre o que era discutido no âmbito acadêmico e as práticas do governo. Curado destaca principalmente a ausência da criação de uma “estratégia nacional de desenvolvimento”, que seria sintetizada na regulação dos mercados, no estímulo à poupança interna e no equilíbrio fiscal (Curado, 2017, p. 143). A interpretação de Curado é a de que Dilma optou por uma “agenda pragmática” e se afastou do receituário ortodoxo sem, no entanto, se aproximar da agenda novo-desenvolvimentista (Curado, 2017, p. 145). Não é possível estabelecer, a partir das ideias do autor, o que seria esse pragmatismo e em relação ao quê ele se deu, mas é possível observar a postura de distanciamento.

As críticas do social-desenvolvimentismo também se revelaram mais intensas após os resultados negativos do final do primeiro governo de Dilma Rousseff. A política macroeconômica foi considerada cheia de equívocos fiscais e com um demasiado foco no setor industrial, segundo Biancarelli e Rossi (2015, p. 14). Segundo estes autores, a presidente comprometeu as contas públicas e o crescimento econômico quando, em um primeiro momento, em meados de 2012, praticou uma política de redução do gasto público e, em seguida, passou a praticar uma política de desoneração de tributos ao setor industrial. A interpretação destes autores é a de que o governo procurou recuperar a rentabilidade de alguns setores industriais, mas a elevação dos investimentos industriais, que seria esperada, não se deu.

Estas políticas não só foram consideradas equivocadas, como foram feitas em detrimento ao que Biancarelli e Rossi (2015) chamaram de “agenda de desenvolvimento com inclusão social”. Ao

fracasso destas políticas, segundo eles, seguiu-se a adesão a um discurso liberal que preconizava o fato de que a redução do crescimento econômico seria uma decorrência do intervencionismo do Estado, do aumento do gasto com seguridade social, das leis trabalhistas, dos aumentos dos salários e da atuação dos bancos públicos (Biancarelli e Rossi, 2015, p. 16).

No entanto, por parte dos autores, havia uma esperança de que em algum momento a “agenda social-desenvolvimentista” seria executada. Acreditava-se que a agenda se tornaria institucionalizada e que não seria refém de mudanças abruptas ao sabor do “sentimento do mercado”. Segundo eles, uma política macroeconômica desenvolvimentista deveria se dar de modo a “manter baixos níveis de desemprego”, “apontar projetos de infraestrutura que sinalizem crescimento”, “redução de gastos” e valorização do “investimento como instrumento de expansão dos bens públicos para atender as demandas por mais direitos sociais” (Biancarelli e Rossi, 2015, p. 17).

3.3 A crítica às práticas

Se os autores associados às duas variações do conceito rejeitaram uma aproximação do desenvolvimentismo às políticas do governo Dilma, isto também se deu entre outros autores do cenário heterodoxo. Por exemplo, Laura Carvalho (2015) afirmou terem sido os subsídios ao investimento privado, por meio de desonerações e a diminuição do investimento público, os motivos principais do fracasso da política econômica do governo Dilma.

Outra leitura, que mostra a pluralidade de interpretações de um período em que a academia da ciência econômica heterodoxa procurou se afastar dos malsucedidos resultados do governo, é a de Fonseca (2016). Segundo ele, as políticas de redução de juros, isenção de impostos para setores prejudicados e a desvalorização do real foram medidas que visavam “sustentar a demanda agregada”. Isto estaria mais relacionado a um intervencionismo keynesiano do que ao desenvolvimentismo, pela ausência de formulação de estratégias de longo prazo. Fonseca é taxativo sobre o fato de que as políticas de Dilma Rousseff não podem ser associadas a nenhuma estratégia desenvolvimentista.

Segundo Fonseca, tais políticas procuravam beneficiar “setores já instalados”, que em nada tinham relação “com a indústria nascente ou com a pretensão de inserir o país em uma nova onda tecnológica” (Fonseca, 2016, p). Tais políticas não tinham como intenção, e nem poderiam, a criação de uma companhia estatal como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce, a Petrobras, ou mesmo procuravam estabelecer medidas como a “lei de similares” que impediriam a importação de produtos estrangeiros fabricados no Brasil. Segundo ele, o que se viu no governo Dilma foi a prática de um “nacional-desenvolvimentismo às avessas” (Fonseca, 2016, p. 124).

Carvalho retoma a crítica, mencionada no início dessa seção, à política macroeconômica do governo Dilma Rousseff em um livro, publicado em 2018, que se tornou *best seller*. Segundo ela, o

tipo de desenvolvimentismo que orientou a política econômica desde 2011 trouxe o Brasil de volta para o “túnel infinito da austeridade” (Carvalho, 2018, p. 11). Ela faz alusão a total mudança de orientação da política macroeconômica feita pela presidente, após a sua reeleição no ano de 2014. Esta mudança foi marcada por uma série de episódios marcantes para a história política e econômica brasileira. Por exemplo, é simbólico o episódio de demissão indireta do presidente Guido Mantega e, em seu lugar, a nomeação de um ministro de perfil diametralmente oposto: Joaquim Levy, economista com doutorado em Chicago, considerado ortodoxo e liberal.

Carvalho analisa que, em 2011, a indústria começou a reduzir sua participação no PIB, as importações começaram a superar a produção doméstica, houve um processo de reprimarização da pauta exportadora e um déficit comercial no setor de manufaturados (Carvalho, 2018, p. 57). É uma lista de problemas que assolaram o setor industrial que, embora corretos, precisariam ser contextualizados em termos de relações causais e origens, algo que está fora do escopo deste trabalho. Mas o ponto de Carvalho, que queremos ressaltar, é o de que a adoção de uma agenda empresarial, alcunhada por ela de “agenda Fiesp”, norteou a conduta da política econômica do governo Dilma Rousseff e acabou por comprometer as demais áreas de seu governo.

Carvalho usa esse ponto para mostrar como o período foi caracterizado por certa dubiedade. Se por um lado, o período da “agenda Fiesp” teve uma política fiscal mais leniente, por outro lado, a política monetária, mesmo com episódios de virtual abandono, jamais foi descartada. Esta combinação de uma política ortodoxa e liberal do lado monetário com uma política heterodoxa e intervencionista do lado fiscal não foi capaz de dirimir os problemas relacionados à indústria, mesmo que essa fosse declaradamente à intenção, e permite ver um distanciamento, ainda mais, do governo de Dilma Rousseff à uma filiação desenvolvimentista.

3.4 A circunstancial associação das práticas ao conceito

Por fim, o ponto de vista da ortodoxia nos ajuda a perceber a alta quantidade de camadas em que a discussão desenvolvimentismo versus liberalismo possuiu. As críticas ao desenvolvimentismo, do lado de economistas ortodoxos, podem ser sintetizadas em um texto de opinião do economista Samuel Pessôa (2014). O título do texto, “Deu errado o ensaio desenvolvimentista”, poderia ser o mesmo de outros autores, em espectro diferente do seu, no debate intelectual, mas a essência do argumento é distinta. Para Pessôa, o governo Dilma Rousseff apresentava problemas por intervir na alocação de capital, estabelecer uma política de impostos e tarifas de importação e uma política ativa de intermediação financeira com vistas a direcionar o crédito para o setor industrial. Segundo ele, o Estado interferiu, inclusive, na liberdade do Banco Central quando adotou teorias heterodoxas sobre

as causas da inflação. O resultado, ainda segundo ele, foi uma “tragédia” cuja responsabilidade evidente era da chamada Nova Matriz Econômica (NME).

Este é um argumento semelhante de Barbosa Filho (2017) quando define a NME e tece críticas ao conjunto de políticas que as caracterizavam. Segundo ele, “a partir de 2011/2012, o Brasil incorporou a chamada NME, políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços” (Barbosa Filho, 2017, p. 52).

Outro economista ortodoxo, que participou ativamente do debate nacional, André Lara Resende, já na introdução do seu livro *Juro Moeda e Ortodoxia*, contribuiu com outra interpretação ortodoxa às políticas e estratégias do período. Segundo Resende (2017), o Plano Real trouxe a primazia daquilo que ele chamou de tecnocracia liberal no comando da política monetária do país e esta primazia perdurou até os anos em que os governos petistas se iniciaram. Segundo ele, os fundamentos da nova matriz econômica, “catastrófica”, remontavam à tradição desenvolvimentista de Robert Simonsen que, como vimos, foi ministro da Fazenda em um tempo de intenso estímulo a industrialização por parte dos militares.

Segundo Resende (2017), é a partir do segundo mandato Lula que o chamado “liberalismo ilustrado”, dominante na condução da política monetária, foi obrigado a recuar. Mesmo recuando, este liberalismo sempre foi proeminente na condução da política monetária, inclusive, no período de “radicalização dos anos de Dilma” (Resende, 2017, p. 16). A essência do argumento de Resende é igual a de Carvalho (2018), visto na subseção anterior, a respeito da coexistência de duas políticas, fiscal e monetária, que eram incompatíveis entre si.

Ademais, as críticas ortodoxas, brevemente sintetizadas aqui, denotam a ausência de definição sobre o que caracterizou as políticas econômicas do governo Dilma Rousseff. Utilizando-se de termos fortes, como “tragédias” e “catástrofe”, o que fica evidente é uma crítica a um conjunto de práticas como se elas denotassem o mesmo que a teoria. Ao que parece, trata-se de uma crítica por associação, uma vez que a formação intelectual da presidente, as declarações de seus ministros e o apoio público de determinados teóricos desenvolvimentistas. Na conclusão a seguir, faremos uma rápida avaliação deste ponto.

Conclusão

A falta de institucionalidade de uma política desenvolvimentista, bem discutida e sistematizada no âmbito intelectual, a tornou extremamente vulnerável a uma associação com um conjunto de práticas discricionárias. Por sua vez, os formuladores de política utilizaram a legitimidade

intelectual do termo desenvolvimentismo, colocando-se, por vezes, em flagrante oposição ao seu conteúdo original. Os resultados foram críticas destinadas não só aqueles que implementaram as políticas, mas também uma crítica *ad hoc* ao termo desenvolvimentista.

Nossa avaliação é que ao invés de ter sido a teoria econômica que, ao tentar moldar a economia, fez com que ela se comportasse exatamente ao contrário do que a teoria previa, foram as práticas econômicas que, ao se valerem da legitimidade das teorias, vincularam-na a resultados distintos daquilo que ela estabelecia e, de alguma maneira, a desprestigiaram.

É verdade que o que se seguiu aos fracassos das políticas econômicas foi uma interpretação, até certo ponto arbitrária, por parte de muitos analistas, de um “fracasso do desenvolvimentismo”, mas também é verdade que, na arena das narrativas, alguns economistas passaram a analisar a mudança de rumo da política econômica como uma adesão pura e simples ao programa político-econômico liberal.

É, ainda, curioso notar como o conceito toma forma e conteúdo distinto em cada autor, conforme mapeamos algumas das críticas feitas às políticas econômicas. Quando narramos, em sequência, a crítica da heterodoxia, que não se filiava a nenhuma corrente desenvolvimentista, e a crítica da ortodoxia nos parece claro o distanciamento que existia das práticas de conduta do governo Dilma Rousseff com uma matriz teórica, seja ela qual for. Houve uma clara ausência de qualquer rigor na definição e conduta do que seria o desenvolvimentismo, a despeito dele ser discutido e debatido de maneira sistemática no âmbito acadêmico. Isto, mesmo que levemos em conta o distanciamento natural que caracteriza toda relação entre teoria e prática. Isto nos leva a acreditar que o governo se pautou mais por uma atitude pragmática, de acordo com os critérios de sua equipe técnica, do que por qualquer abordagem teórica que fosse.

Referências Bibliográficas

- Barbosa Filho, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados* [online]. vol. 31, n.89. 2017.
- Batista, P. N.. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Batista, P. N. (et al.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- Calixtre, A.; Biancarelli, A.; Cintra, M. Introdução. In: Calixtre, A.; Biancarelli, A.; Cintra (orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento Brasileiro*. Brasília, DF: Ipea, 2014.
- Biancarelli, A.; Rossi, P. A política macroeconômica em uma estratégia social desenvolvimentista. In: Fonseca, A; Fagnani, E. (orgs.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania: economia, distribuição da renda e mercado de trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpacomunica-ppb-07.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.
- Bielchowsky, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- Bresser-Pereira, L. C. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. *Revista de Economia Política*, vol. 39, nº 2 (155), pp. 211-235, abril-junho/2019.
- Bresser-Pereira, L. C. *Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo*. 2012. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/372-Estado-Desenvovimentista-Nacionalismo-Liberalismo-exLilian.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2019.
- Bresser-Pereira, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo: São Paulo em Perspectiva*, v. 20, nº.3, 2006.
- Bresser-Pereira, L. C. O novo desenvolvimentismo. Uma proposta para a crise econômica brasileira. Entrevista especial com Luiz Carlos Bresser-Pereira. Rio Grande do Sul: *Revista Instituto Humanitas Unisinos*, 2016.
- Bresser-Pereira, L. C.; Gala, P. O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In: Oreiro, J. L.; Paula, L. F.; Basílio, F. (orgs.). *Macroeconomia do Desenvolvimento: Ensaio sobre Restrição Externa, Financiamento e Política Macroeconômica*. Recife. Editora Universitária UFPE, 2012.
- Bresser-Pereira, L. C.; Theuer, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, v. 21, número especial, p. 811 – 829, 2012.
- Bresser-Pereira, L. C., Gala, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. *Revista de Economia Política*, 27, 2007, p. 3-19.
- Carvalho, L. O bebê, a água e a bacia. *São Paulo: Folha de São Paulo*, 2015.
- Carvalho, L.. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
- Curado, M. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista? *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº. 1, pp. 130-146, 2017.
- De Bolle, M.. *Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- Filgueiras, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, E. M.; Arceo, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- Finello, M.; Feijó, C.. O Desenvolvimentismo no Brasil: o debate atual. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 35, n. especial. p. 233-262, 2017.
- Fonseca, P. C. D. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Calixtre, B.; Biancarelli, A. M.; Macedo, A. M. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- Fonseca, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*, v.15, nº.2, 2004.
- Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- Giambiagi, F. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)*. São Paulo: Campus, 2016.
- Instituto de Estudos Avançados (IEA). *Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira*. Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-bresserpereira>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- Lago, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: Abreu, M. P.(org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- Mantega, G. *Governo continua sendo desenvolvimentista*. São Paulo: BBC Brasil, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/mantega-governo-continua-sendo-desenvolvimentista.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.
- Mantega, G. *O primeiro ano da nova matriz econômica*. Valor econômico, 2012. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/brasil/2945092/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica> >. Acesso em: 23 de maio de 2019.
- Martello, A. *Mantega diz que política econômica segue mesmo sem ele em 2º mandato*. Rio de Janeiro: Globo.com, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mantega-diz-que-politica-economica-segue-mesmo-sem-ele-em-2-mandato.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

- Marconi, N. *Dilma foi desenvolvimentista?* Centro de política e economia do setor público. FGV, 2016. Disponível em: < <https://cepesp.wordpress.com/2016/09/07/nelson-marconi-dilma-foi-desenvolvimentista/> >. Acesso em: 23 de maio de 2019.
- Marconi, N.; Salto, F. *Ajuste pode ser feito sem cortar conquistas sociais importantes*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/08/1674874-ajuste-pode-ser-feito-sem-cortar-conquistas-sociais-importantes.shtml> >. Acesso em: 23 de maio de 2019.
- Mollo, M.; Amado, A. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia & Sociedade*, v. 24, p. 1-28, 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n1/0104-0618-ecos-24-01-00001.pdf> >. Acesso em: 20 sw maio de 2019.
- Morceiro, P. C. *A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise de sua evolução estrutural, comercial e tecnológica*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Oreiro, J. L.; Feijó, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p.219-232, 2010.
- Oreiro, J. L.; Paula, L. F. Novo desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. In Oreiro, J. L.; Paula, L. F.; Basílio, F. (orgs). *Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- Pessôa, S. *Deu errado o ensaio desenvolvimentista*. São Paulo: Jornal Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,deu-errado-o-ensaio-desenvolvimentista-imp-,1149939>. Acesso em: 24 de maio de 2019.
- Rego, J. M.; Villaverde, J.. O Novo Desenvolvimentismo e o desafio de 2019: superar a estagnação estrutural da economia brasileira. *Revista de Economia Política*, vol. 39, nº 1 (154), pp. 108-127, janeiro-março/2019.
- Rossi, P.; Biancarelli, A. Do industrialismo ao financismo. *Revista Política Social e Desenvolvimento*. Ano 3, p.14-17, 2015.
- Salomão, A.; Grinbaum, R.. *A nova matriz está órfã: depoimento*. São Paulo: Jornal Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-nova-matriz-estaorfa,1727929>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.
- Singer, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, nº.102, p. 39-67, 2016.
- Tavares, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Villaverde, J.; Rego, J. M. O Novo Desenvolvimentismo e o desafio de 2019: superar a estagnação estrutural da economia brasileira. *Revista de Economia Política*, 39(1), 108-127.